

Valério Mesquita

DINARTE MARIZ

FUNDAÇÃO GUIMARÃES DUQUE



COLEÇÃO **WM** MOSSOROENSE

Série "B" – Número 2540 – Dezembro de 2003

Valério Mesquita

DINARTE MARIZ

FUNDAÇÃO GUIMARAES DUQUE



COLEÇÃO **WM** MOSSOROENSE

Série "B" – Número 2540 – Dezembro de 2003

Valeiro Mesquita

DINARTE MARIZ

Fundação Vingt-un Rosado – Coleção Mossoroense

Av: Jorge Coelho de Andrade, 25

B: Pres. Costa e Silva – Mossoró/RN

CEP: 59 625 400

Home Page: www.colecaomossoroense.hpg.com.br

E-mail: fvrcom@uol.com.br

Série "B" - Número 1510 - Dezembro de 2003

A personalidade de Dinarte de Medeiros Mariz foi, permanentemente, como todo grande destino humano, pleno de solitária contemplação, pressões e fulgurações. Corneille afirmou que *“não existe glória sem perigo”*. Dinarte fez de sua vida um culto incessante e permanentemente fiel à arte política. Fez dela o seu universo mágico, incessante, multidimensional. Era um homem múltiplo a serviço de fiéis compromissos com sua visão de vida política, sem nunca haver se exaurido. Conheci-o na praça pública de minha terra, quando era eu um adolescente curioso. Acompanhei os seus passos até o seu encantamento em julho de 1984. E ao longo dessa trajetória, percebi que nele vibrava o dizer inquietante de Steinbeck: *“viveu as dificuldades, as impossibilidades. Amou a vida e acreditou no esforço humano que seja ele qual for, é sempre preferível ao repouso contemplativo”*. O seu vigor se retemperava nas lutas do dia a dia, ao simples contato com as forças positivas da ambiência seridoense. Era um indormido pastorador de nuvens e de estrelas, de chuvas e de frutos, e seus olhos que viram todas as paisagens da variada geografia humana, se reacendiam e se iluminavam de uma mágica fosforescência azul, ao contato com os espaços e a suas baterias emocionais para permanecer vigilante, dia e noite, na guarda e defesa dos anseios de sua gente e sua terra.

Falar sobre o patrono da comenda deste Tribunal é tarefa que releva nossa emoção, porque nele se confundem o humano e o político, simbiose que forma uma destinação singular de coragem, audácia, mas, sobretudo, estratégia, produto maior de quem conheceu seu chão sem perder a ternura dos céus do Seridó. Cito Pablo Neruda: *“Ele sabia compartilhar conosco o pão e o sonho”*. Dele se pode aduzir que foi um predestinado. Sua vida era um constante pendular entre a solidão e a multidão, os dois

pólos de sua permanente e indissolúvel comunhão e convivência com o semelhante. Um bandeirante que conquistou na força da generosidade do seu grande coração, ungidos pelas virtudes cívicas e fidelidade às suas devoções, inquestionável liderança no Rio Grande do Norte. O velho Senador chegou a conhecer mais profunda e sabiamente a alma do seu povo e a consciência do seu tempo, ouvindo com paciência apostolar e humildade franciscana, os reclamos, as preces, e as angústias emanadas das relações interiores da alma coletiva. Nunca se esquecerá nem será deslembado nas quebradas e nas serras dos nossos sertões, nas ruas e nas praças do interior, o timbre forte de sua voz de comando, como se fosse o som retornado de um clarim, despertando as notas pungentes adormecidas nas memórias da estima sentimental do seu povo. Nosso homenageado e tutor da medalha não restringiu a sua atuação apenas ao seu Estado. Ele foi um grande nome nacional. Projetou-se pela simpatia contagiante, pela grandeza de compreensão do fato político, pela intuição predestinadora como presença significativa no imenso anfiteatro da história política brasileira, em vários instantes e latitudes.

Nunca um pseudônimo se adaptou tão bem a um homem público e seu representante, que refletisse ao vivo o seu todo espiritual, como o de “Velho Capitão”. Porque Dinarte desenvolveu um ritmo inimitável de ascensão nos momentos às vezes menos inapagáveis, no sentido de alcançar a luz, o meio-dia, a lucidez pela vibração sintonizadora de sua humanidade, com sua tolerância e vasta sensibilidade. Foi capaz de compreender o legado dos seus ancestrais e apaixonou-se pela causa pública no firme desiderato de dar glória ao seu Rio Grande do Norte. Se foi o criador da Universidade do Rio Grande do Norte, era também o Mecenas de jovens estudantes pobres, a quem a vida subtraiu facilidades, abrindo para eles horizontes de educação.

Dinarte é um mundo de reminiscências que vive em todos nós. Repito o que disse há duas décadas atrás, em artigo publicado no livro “Dinarte 80 anos”. *“Na oportunidade da celebração dos seus 80 anos, vejo-o líder, ancião e menino. Renovado sempre. Sempre tendo algo a dizer e a fazer. Dele se poderá afirmar sempre a penúltima palavra, mas nunca a última”*.

Senhor presidente, personalidades agraciadas, senhores conselheiros e autoridades.

Minha saudação tem de ser por força um depoimento sobre um homem que para todos legou uma atitude concreta em favor da verdade: a consciência e o descortínio de criar o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. A sua intuição política, a sua visão administrativa ao dar início a fiscalização contábil dos gastos públicos, colocaram nas mãos do cidadão uma arma preciosa contra o gestor insensato, um modelo competente no controle externo da administração pública do Rio Grande do Norte.

Concluindo, afirmo que o homem não passa de uma extensão do espírito do lugar. Tudo se desfaz, menos os elos nativos que prendem o homem à terra. O homem será sempre prisioneiro de sua origem. Dinarte é Caicó, Serra Negra e Solidão. Foi, é, e será, pelos séculos dos séculos.

Senhor presidente, excelentíssimas autoridades, minhas senhoras e meus senhores.

O Tribunal de Contas do Estado foi criado por previsão normativa contida na Lei nº 2.152, de 20 de novembro de 1957, tendo a sua implantação se consolidado de forma definitiva no ano de 1961, quando no dia 12 de janeiro daquele ano o colegiado se reuniu pela primeira vez para a histórica sessão.

A composição originária dos membros da Corte era integrada pelos ministros – então assim denominados – Aldo Medeiros, José Borges Montenegro, Lindalva Torquato Fernandes,

Oscar Nogueira Fernandes, Romildo Gurgel, Morton Mariz e Vicente da Mota Neto, tendo como sede inicial o imóvel localizado à Rua Campos Sales, depois para a Rua Seridó, em seguida para este chão onde funcionou a Assembléia Legislativa, posteriormente para a Av. Interventor Mário Câmara, e finalmente, para esta moderna sede, cuja inauguração ocorreu em janeiro de 2002.

A importância dos Tribunais de Contas foi enormemente ampliada com a Constituição de 1988, exigindo da instituição a necessidade de se adaptar às novas atribuições, tendo como missão principal o exercício do controle externo, o que faz em auxílio ao Poder Legislativo, especialmente no que pertine a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades que compõem a administração pública.

Esse corolário de atribuições levou esta Corte a trilhar pelos inarredáveis caminhos do aperfeiçoamento, surgindo daí o processo de informatização e sistematização do controle externo, onde as prestações de contas sujeitas a julgamento são apresentadas por meio magnético, havendo, igualmente, investimento em pessoal, com admissão de servidores mediante concurso público com o preenchimento de vagas para os cargos de procurador e inspetor externo, além de consecutivos cursos de especialização para os funcionários, que hoje contam inclusive com o plano de cargos e vencimentos compatível com as funções exercidas, tudo fruto de administrações absolutamente comprometidas com os objetivos da instituição.

Com esse perfil chega este Tribunal de Contas aos 46 anos de existência, servindo como instituição a disposição da sociedade em sua intenção de ver balizamentos concretos na luta pela efetivação dos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e

eficiência, todos eles expoentes máximos do ideal de administração pública voltada para o bem estar comum.

Senhor Presidente, excelentíssimas personalidades agraciadas e já nominadas.

Esta cerimônia tem algo de nobreza que faz lembrar as antigas ordens dos memoráveis cavaleiros. Estamos reconhecendo, publicamente, o rico patrimônio humano do Rio Grande do Norte. Vossas Excelências, senhores agraciados, são reconhecidos como Grandes Oficiais do seu ofício.

O que caracteriza e une, mesmo nesta sala, as medalhas conferidas? É o privilégio de condutores, modelos de vida pelo exercício de uma liderança, atitude legítima no contexto sócio-político do nosso Estado. O Tribunal considerou os valores humanos e a vocação de servir. Inspirou sua decisão em homenagem às personalidades vistas sob a iluminação social, jurídica, administrativa e cultural. Expressamos nossa admiração, concedendo distinção, insígnia honorífica. Cada geração concorre, de uma forma ou de outra, para o “modus vivendi” das gerações subseqüentes. O Tribunal, ao homenageá-los, quis enaltecer a contribuição que, como dirigentes ou governantes, prestaram em favor do aperfeiçoamento das instituições e do bem-comum.

Todo Rio Grande do Norte conhece a atuação dos nossos homenageados, mas é preciso levar em conta a advertência contra o esquecimento do reitor da Universidade de Salamanca, Dom Miguel de Unamuno: “*De puro sabido se olvida*”.

Os nossos homenageados são formadores de uma consciência coletiva entre nós, interessados nos valores culturais, com relevante papel social, cuja ação permanece ainda hoje. Em um certo plano, se identificam com a centenária personalidade de Dinarte Mariz que trabalhava pelo bem-estar das famílias, pelo vertical crescimento coletivo, nível de vida, sempre acreditando

que a felicidade pública é a soma das felicidades individuais. Aí está a dimensão da política no seu sentido aristotélico.

Fazendo reconhecimentos de uma dignidade superior, o Tribunal de Contas opta pela reverência, pela consagração de valores imutáveis nomeando os agraciados para integrarem a nova confraria espiritual.

Não há homenagem mais duradoura e sensível do que esta, que agora vivenciamos. Todos somos partícipes da história do Rio Grande do Norte. Navegadores dos longos cursos e desbravadores de novos rumos, somos testemunhas diante de nossa própria consciência da história que produzimos. Momentos rápidos ou acontecimentos extraordinários, de registros em atas anônimas ou inscrição na memória que o povo canoniza. Não interessa o fato, mas o ato com que prodigalizamos nosso destino em favor da terra comum. E para isso fomos feitos – é o que restará de mais belo e inesquecível.¹

¹ Discurso pronunciado no TCE por ocasião da entrega da Medalha do Mérito “Governador Dinarte Mariz”.

